

O uso político do discurso do ódio: Um estudo de caso no Facebook (2016)

El uso político del discurso del odio:
Um estudio de caso en facebook (2016)

The political use of hate speech:
A case study on facebook (2016)

L'utilisation politique du discours de haine:
Une étude de cassur facebook (2016)

Joelma Galvão de Lemos *
joelmalemos@outlook.com
Daniel Menezes Coelho **
daniel7377@gmail.com

Universidade Federal de Sergipe (UFS),
Aracaju/SE, Brasil

* Joelma Galvão de Lemos é psicóloga, psicanalista, mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

** Daniel Menezes Coelho é professor adjunto IV do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. É psicólogo e psicanalista. Possui mestrado e doutorado em Teoria Psicanalítica (UFRJ).

Resumo

No período de instauração do processo de investigação das “pedaladas fiscais” realizadas pela presidenta Dilma Rousseff, as redes sociais on-line, dentre elas o Facebook, eram usadas pelos seus navegadores para expressar seus posicionamentos a favor e contra o pedido de investigação, bem como para divulgar as mobilizações e atos públicos de apoio e oposição a esse processo. Dentre as postagens publicadas nesse período, o discurso de ódio se sobressaiu e parecia unir alguns sujeitos que compartilhavam das mesmas posições ideológicas e políticas. Com o objetivo de compreender por que este discurso se fazia tão presente neste momento e quais seriam seus possíveis efeitos, que realizamos um estudo de caso e analisamos a partir do referencial psicanalítico, alguns desses discursos de ódio. Percebemos como o Facebook, as bolhas online reforçaram esse discurso e como este foi usado politicamente para legitimar o pedido de investigação e o resultado desse processo.

Palavras-chaves: Discurso de Ódio; Narcisismo das Pequenas Diferenças; Facebook; Impeachment; Golpe 2016.

Resumen

En el período de instauración del proceso de investigación de las “pedaladas fiscales” realizadas por la presidenta Dilma Rousseff, las redes sociales online, entre ellas Facebook era utilizado por sus navegadores para expresar sus posicionamientos a favor y contra la solicitud de investigación, así como para divulgar las movilizacio-

nes y actos públicos de apoyo y oposición a ese proceso. Entre las posturas publicadas en este período el discurso de odio se sobresalía y parece haber unido a algunos sujetos que compartían las mismas posiciones ideológicas y políticas. Para comprender mejor por qué este discurso estaba tan presente en este momento y cuáles serían sus posibles efectos, que analizamos a través del estudio de caso, apoyados por el referencial psicoanalítico, algunos de estos discursos de odio. Nos damos cuenta a través de este estudio, cómo el Facebook, las burbujas en línea, reforzó ese discurso y cómo éste fue utilizado políticamente para legitimar la petición de investigación y el resultado de esse proceso.

Palabras claves: *Discurso de Odio; Narcisismo de las Pequeñas Diferencias; Facebook; Impeachment; Golpe 2016.*

Abstract

In the period of the process of the investigation of the “tax pedaling” carried out by President Dilma Rousseff, the online social networks, including Facebook, were used by their browsers to express their positions for and against the investigation request, as well as to publicize the mobilizations and public acts of support and opposition to this process. Among the posts published during this period, hate speech stood out and seemed to unite some subjects who shared the same ideological and political positions. In order to better understand why this discourse was so present at this moment and what would be its possible effects, which we analyzed through case study, supported by the psychoanalytic framework, some of these hate discourses. We realized from this study that Facebook, the online bubbles reinforced this discourse and how it was used politically to legitimize the investigation request and the outcome of this process.

Keywords: *Hate Speech; Narcissism of Small Differences; Facebook; Impeachment; Coup 2016.*

Resumé

Au cours de la période de investigation sur les «pédalier fiscales» effectué par la présidente Dilma Rousseff, les réseaux sociaux en ligne, dont Facebook, ont été utilisés par leurs navigateurs Web pour exprimer leurs positions pour et contre la demande d’enquête, ainsi que de faire connaître les mobilisations et les actes publics de soutien et d’opposition à ce processus. Parmi les articles publiés au cours de cette période, les discours de haine se distinguent et semblent unir certains sujets partageant les mêmes positions idéologiques et politiques. Afin de mieux comprendre pourquoi ce discours était si présent en ce moment et quels en seraient les effets possibles, que nous avons analysés à travers des études de cas, étayées par le cadre psychanalytique, certains de ces discours de haine. Nous avons réalisé à partir de cette étude que Facebook, les bulles en ligne ont renforcé ce discours et son utilisation politiquement pour légitimer la investigation et les résultats de ce processus.

Mots-clés: *Discours de Haine; Narcissisme de Petites Différences; Facebook; Impeachment; Coup 2016.*

Introdução

Em abril de 2016, assistimos pela mídia tradicional brasileira e demais mídias alternativas a votação do pedido de investigação das “pedaladas fiscais”¹ realizadas pela presidente Dilma Rousseff. Nesse período, a presidenta, por ter implantado a agenda econômica de seu adversário, perdia, aos poucos, o apoio das bases sociais que sempre apoiaram o Partido dos Trabalhadores (PT) (Jinkings, Doria, & Cleto, 2016), da burguesia interna da frente neodesenvolvimentista, das diversas associações empresariais que apoiaram os governos do PT e de vários brasileiros decepcionados e desiludidos com os políticos e partidos, principalmente aqueles envolvidos pelos processos do “Mensalão em 2007”, “Petrolão em 2014” e dos investigados pela operação Lava Jato (Braga, 2016). De acordo Amaral (2002), Boito (2016) e Lopes (2016) essa situação somada com a cobertura tendenciosa da mídia, durante a divulgação dos políticos envolvidos nos casos de corrupção e com a diferença da divulgação dos atos públicos pró e contrários ao pedido de investigação; o aumento da taxa de desempregados e do “agravamento repentino do quadro econômico e uma recessão planejada, que derrubou o Produto Interno Bruto (PIB), criaram uma situação de extrema vulnerabilidade”, abrindo “caminho para uma ofensiva crescente da direita” (Jinkings et al. 2016, p. 12), viabilizando a instauração do processo de investigação e consequentemente o afastamento da presidenta².

Nesse momento político, era possível perceber, principalmente nos comentários dos internautas nas redes sociais *on-line*, um discurso de ódio, principalmente entre os indivíduos e grupos nomeados “coxinhas” e “petralhas”. Essas eram as nomeações que muitos usavam ao se referirem aos defensores e aos contrários ao pedido de investigação e afastamento da presidenta.

De acordo com Schäfer, Leivas e Santos (2015, pp. 149-150),

O discurso do ódio consiste na manifestação de ideias intolerantes, preconceituosas e discriminatórias contra indivíduos ou grupos vulneráveis, com a intenção de ofender-lhes a dignidade e incitar o ódio em razão dos seguintes critérios: idade, sexo, orientação sexual, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, origem social, posição socioeconômica, nível educacional, condição de migrante, refugiado, repatriado, apátrida ou deslocado interno, deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagiosa e condição psíquica incapacitante, ou qualquer outra condição.

Para Carvalho (2017, p. 51), o “discurso de ódio não se dá no contexto de uma conversa privada, sendo antes dirigido a um agrupamento, a uma coletividade”. Os indivíduos que proferem esse discurso têm usado as redes sociais *on-line* para dar maior visibilidade a suas ideias, bem como para encontrar mais pares. Isso não significa que a rede de *internet* e as comunidades sociais *on-line* sejam usadas apenas para esse fim, é possível encontrarmos nelas os mais variados discursos, tanto de amor, tolerância e respeito, como de ódio, agressividade e intolerância.

Dentre as várias redes sociais *on-line*, escolhemos o *Facebook*, pois é a rede que mais cresce no mundo (G1, 2017) e a segunda mais acessada pelos internautas brasileiros (Coelho, 2018), que nos mos-

1 Pedalada fiscal é o nome dado às operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e ou privados financiadores de despesas do governo (Jinkings, Doria & Cleto, 2016).

2 De acordo com Jinkings, Doria e Cleto (2016, p. 13), a retirada da presidente Dilma Rousseff do governo se assemelha à derrubada de governos como o de Manuel Zelaya, em Honduras em 2009, e ao de Fernando Hugo, no Paraguai em 2012, em que muitos argumentavam que não se tratava de golpe, pois o rito democrático foi seguido, mas da implantação de um “um governo de salvação nacional”.

tra várias questões ligadas ao indivíduo e ao social: desde a elaboração de um perfil virtual; exposição da vida privada no meio público virtual; a relação usuário X rede, e usuário X usuário (Rosa & Santos, 2013); as interações um-para-muitos e muitos-para-muitos (Boyd, 2010); a convocação de atos públicos e manifestações pró e contra governos (Castells, 2013; Tufekci, 2014). Com base nisso, o intuito era ler e analisar, por meio do estudo de caso, os comentários postados nas publicações de dois vídeos – “Manifestantes a favor do *impeachment*, na Esplanada dos Ministérios, comemoram os votos favoráveis ao impedimento” (*El País Brasil*, 2016a) e “No vale do Anhangabaú, em São Paulo, manifestantes contrários ao *impeachment* de Dilma receberam a notícia da aprovação do processo na Câmara com tristeza e emendaram: ‘a luta continua’” (*El País Brasil*, 2016b) – que mostraram as manifestações a favor e contra o pedido de investigação das “pedaladas fiscais” realizadas pela presidenta, publicados simultaneamente na página do *El País Brasil*³ no *Facebook*. Os discursos de ódio que apresentamos neste trabalho estão entre os 61 comentários publicados nos vídeos. Este estudo⁴ foi desenvolvido a partir da teoria psicanalítica e se apoiou também no aporte teórico produzido por alguns autores que analisam a subjetividade na contemporaneidade e, ainda, alguns estudos sobre os brasileiros. Mas, antes de apresentarmos a análise dos discursos, vejamos brevemente o que é e como funciona essa rede social em que foram publicados os discursos analisados.

Facebook

O *Facebook* é uma rede social *on-line* criada em 2004 no interior da *Havard University*, por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin e Dustin Moskovitz, com o propósito de viabilizar o intercâmbio de assuntos referentes às atividades acadêmicas e a interação dos estudantes por meio de uma rede de contatos (Rosa & Santos, 2013). Atualmente é acessada por muitos usuários em vários países. De acordo com Boyd (2010), a interação entre os amigos virtuais raramente é apenas com os amigos mais próximos e queridos, e seus comentários não são simplesmente um diálogo entre dois interlocutores, mas um desempenho de conexão social perante um público mais amplo.

Outro ponto a ser ressaltado sobre o *Facebook* diz respeito à liberdade. Na plataforma, ela é apenas aparente, pois os usuários veem apenas o que a rede lhes mostra, uma vez que o *Facebook*, assim como toda rede social digital, tem por trás um elemento chamado algoritmo, ou seja, um código numérico que rege todo o funcionamento do sistema. Toda interação do usuário com a página se transforma em um *log* de programação que é armazenada e entendida pelo algoritmo (Ribeiro, 2016), isto é, cada curtida, cada comentário e postagem. Se o usuário curte muitas coisas de uma página, ela sempre aparecerá para ele; já uma página que ele não curte e/ou compartilha terá seu conteúdo praticamente invisível ao usuário.

Enquanto xingam não derramam sangue

A seguir, apresento excertos de comentários em resposta ao vídeo “No vale do Anhangabaú [...]” (*El País Brasil*, 2016b). O internauta 1 afirma: “Olha o tipo dos manifestantes, não tem um só cidadão, só vagabundinhos, viciados em maconha somente” (Internauta 1).

3 O *El País* é um jornal espanhol considerado por alguns de “posição mais centro-esquerda” (Garcia, 2013, p. 01); por outros, “cada vez mais à direita” (Menezes, 2017).

4 Esse estudo faz parte da dissertação “*O Uso político do discurso de ódio no Brasil: um estudo de caso no Facebook* (2016-2017)”, que analisou alguns comentários de ódio postados entre os 384 comentários publicados em cinco vídeos a favor e contra o pedido de afastamento da presidente Dilma Rousseff, na *timeline* do *El País Brasil* (2016) e mais alguns vídeos que exibiam conteúdo relacionado a situação de violência, divulgados em 2017 no *Facebook*.

Não sou prepotente e nem sou ou tenho preconceito, mas uma coisa é ser ordeiro, respeitador, ético, coerente e outra é ser anarquista, querer ser bizarramente diferente, procura ser gente, trabalhar de verdade e não ser sustentado por programas sociais que só serviram pra afundar a nação e não tirou ninguém da pobreza, e também se esconder numa faculdade de um sistema educativo falido. (Internauta 2)

é, nos pro golpe tem muita gente boa, todos formatados, brancos, “bem vestidos”, palmas pra diversidade. [...] E os que salvam a empresa com incentivos do governo (mas ah se for programas sociais!), sonegam impostos e apontam o dedo para uma mulher que não tem nada formalizado contra ela. Só gente boa [...]. Que alívio de estar do lado de cá, colorido, vivo, de gente que rala pra caramba e ainda se desdobra e encontra tempo para se engajar no que acredita, que vai nas ruas pelo discurso da democracia e da tolerância, e que tem história e suor. (Internauta 3)

Os primeiros comentários descrevem a maneira como os internautas a favor do pedido de afastamento se percebem, bem como veem os manifestantes contra o afastamento, e a tentativa de deixar claro que há uma diferença entre ambos, enfatizando que entre os primeiros as pessoas são trabalhadoras e éticas e entre os segundos há “vagabundos, que dependem dos programas sociais”. O internauta 3 responde afirmando que do seu lado também há pessoas que trabalham e vão às ruas pelo que acreditam. Os manifestantes dos movimentos a favor e contra o afastamento que foram às ruas em São Paulo (SP) possuem mais em comum do que imaginam, pois além de morar no mesmo país, de dividir os espaços da cidade e compartilhar similitudes entre as condições socioeconômicas (Ortellado, Solano, & Moretto, 2016), esses “coxinhas” e “petralhas”, em seus discursos, nomeiam-se como trabalhadores, contra a corrupção, honestos e que lutam por um país melhor. Dessa forma, ambos querem viver em um país melhor e sem corrupção, no entanto, a fórmula para resolver os problemas sociais e políticos é que se diferencia, pois uma parte desses se posiciona “à esquerda e outra, à direita” (Chauí, 2016, p. 21), e há ainda aqueles que não se identificam com nenhum desses. De acordo com Dunker (2015) e Souza (2016), é justamente essa proximidade, essa semelhança que tem feito com que a antiga classe média⁵ viva sob o temor de ser confundida com os novos batalhadores.

Para Bauman (1998), na pós-modernidade as fronteiras entre as classes sociais passaram a ser mais desejadas, uma vez que as mudanças sociais desse momento de certa maneira obscureceram e eclipsaram as linhas fronteiriças. No caso do Brasil, as elites e parte da classe média, que sempre mantiveram uma distância dos pobres e prestadores de serviços em seus condomínios e em espaços que tinham como seus, não estão mais conseguindo manter as fronteiras que outrora foram tão claras, como fora ilustrado por Dunker (2015, p. 49), ao enfatizar que em “nossos condomínios primamos pela distinção entre elevadores e entradas de saídas ‘sociais’ e de ‘serviço’, do outro”. De acordo com Souza (2016, p. 97), “o compartilhamento dos mesmos espaços sociais irrita e incomoda ainda mais com a nova postura e atitude das classes populares de desafiar o olhar incômodo, como comprovam iniciativas como os rolezinhos⁶”. O simples fato de ter que conviver com pobres nos lugares (universidades, *shoppings*, aeroportos etc.) antes

5 Há uma discussão em relação ao conceito de classe média: os institutos de pesquisa de mercado e da sociologia costumam organizar a sociedade em uma pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E. “Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente” e de que a classe média cresceu (Chauí, 2016, p. 15), contudo, de acordo com Jessé Souza (2012), o que houve foi o aumento da classe trabalhadora.

6 Rolezinhos: “adolescentes das periferias urbanas que se reúnem em grande número para passear nos *shoppings centers* de suas cidades” (Machado-Pinheiro & Scalco, 2014, p. 01).

reservados à classe média fez com que viesse à tona um preconceito de classe que se mantinha escondido do debate público (Souza, 2016). Para alguns, o simples fato de conviver com estranhos é quase inadmissível, uma vez que para esses “tocar o viscoso é arriscar a ser dissolvido na viscosidade” (Sartre, 1969, citado por Bauman, 1998, p. 39), é correr o risco de ser confundido com o viscoso e de perder o espaço que acredita ser seu por direito e mérito (Bauman, 1998; Souza, 2015), é correr o risco de ser confundido com pobre, uma vez que agora eles circulam e consomem o mesmo que a classe média (Souza, 2016).

A seguir, apresentamos comentários retirados do *post* do vídeo “Manifestantes pró-*impeachment* comemoram [...]” (*El País Brasil*, 2016b). O internauta 4 afirma: “*Me diz uma coisa, pra ser pro PT tem que ser burro, mentiroso, ignorante e canalha? Vcs tem perfil assim*”. Comentando o mesmo vídeo, o internauta 5 afirma: “*Vcs quem cara-pálida? O problema de quem veste verde e amarelo é achar que todo mundo é petista, vai Tnc*”.

Essa tentativa de colocar todos os que defendem o mandato da presidente Dilma Rousseff como “vermelhos” ou “petistas”, “vagabundos”, “burros”, como se houvesse apenas dois grupos de pessoas em todo o país, os favoráveis e os contrários ao pedido de afastamento, demonstra características de uma cultura narcisista que divide “o mundo entre vencedores e perdedores e a felicidade torna-se direito exclusivo dos primeiros, enquanto os ditos vencidos são destinados ao banimento e à exclusão do jogo econômico e social, tornados, assim, espécie de restos da sociedade de consumo” (Lasch, 1983, citado por Cunha, 2014, p. 54) Ou seja, o narcisista nega qualquer possibilidade de convívio com os que considera perdedores, uma vez que estes podem lembrá-lo de sua condição, “sua outra face no espelho” (Cunha, 2014, p. 57).

Os comentários demonstram, ainda, o ódio de alguns para com outros e nos mostra que apesar do controle da agressividade, da renúncia à “expressão da hostilidade pela ação”, muitos não perdem a oportunidade de tornar seu “inimigo, pequeno, inferior, desprezível ou cômico” frente aos outros, conseguindo, assim, ainda que “por linhas transversas, o prazer de vencê-lo” (Freud, 1905/1996, p. 102). Ainda de acordo com Freud (p. 102), “hostilidade brutal, proibida por lei, foi substituída pela invectiva verbal”, e cita Lichtenberg: “Onde dizemos agora ‘Desculpe-me’, costumávamos dar um soco nos ouvidos”. Nesse sentido, o homem já evita o derramamento de sangue, contudo, continua a atingir o outro por meio de ofensas e xingamentos, pois, como sujeitos constituídos a partir da linguagem e da relação com o outro, somos afetados, bem como afetamos o outro a partir do que dizemos.

Freud (1921/1996, p. 112) também sublinha que pessoas “estritamente aparentadas mantêm-se a certa distância uma da outra: o alemão do sul não pode suportar o alemão setentrional, o inglês lança todo tipo de calúnias sobre o escocês, o espanhol despreza o português”. Essa tentativa em manter-se a certa distância do outro tão próximo dá mostras do narcisismo das pequenas diferenças, ou seja, o “amor a si mesmo trabalha para a preservação do indivíduo e comporta-se como se a ocorrência de qualquer divergência de suas próprias linhas específicas de desenvolvimento envolvesse uma crítica delas e uma exigência de sua alteração” (Freud, 1921/1996, p. 113). Essa necessidade de se separar e de manter distância do outro tão próximo é percebida nos discursos dos brasileiros quando falam mal de seus vizinhos argentinos, paraguaios, mas também no discurso de alguns brasileiros do sudeste ao falarem mal dos nordestinos, ofendendo e depreciando seus posicionamentos, como os vistos nas redes sociais *on-line* ao final da apuração dos votos nas últimas eleições presidenciais (2014 e 2018), ou nos comentários em que tentam mostrar as diferenças entre os manifestantes. É uma tentativa de não se misturar com o outro, e até de ignorar o que possuem em comum.

7 No Brasil, desde 1830, as pessoas que não tinham uma ocupação tida como honesta e ou não tinham emprego, podiam ser associados à vadiagem e inclusive serem presas (Oliveira, 2018). Segundo Batista (2018), nesse período, os que não tinham uma ocupação e eram pobres, eram considerados vagabundos e não podiam perambular pela cidade, já os que não tinham uma ocupação, mas eram ricos, podiam perambular à vontade. O termo ainda hoje é usado como maneira de ofender e discriminar o outro.

As ofensas presentes nas postagens demonstram não apenas a dificuldade em conviver e respeitar o posicionamento do outro, mas uma resistência em escutá-lo, em aceitar que o outro também tem o direito à fala. A dificuldade e a recusa em dialogar com o outro são reforçadas pelo próprio *Facebook*, uma vez que a rede proporciona que os usuários se mantenham em suas bolhas, entre os iguais. Isso demonstra que ocorre no *Facebook* o “discurso monológico, [que] em vez de dar lugar a um discurso dialógico, cindir-se-á em uma série de solilóquios, com os falantes não mais insistindo em ser ouvidos, mas se recusando também a escutar” (Bauman, 1998, p. 103). Ou seja, o navegador publica o que quer e não importa se será ouvido, se haverá um outro interlocutor, o que importa é falar e, nesse caso, atacar. De acordo com Chen e Wellman (2005, citado por Boyd, 2010), os públicos em rede parecem reproduzir muitos dos preconceitos que existem em outros públicos – as desigualdades sociais, incluindo a estratificação social em torno da raça, gênero, sexualidade e idade, são reproduzidas *on-line*, assim como as divisões políticas.

Além das ofensas e tentativas de desqualificar e destruir o discurso do outro há também em alguns casos, incitação aos atos, a defesa do extermínio, da aniquilação do outro, como neste comentário retirado do *post* do vídeo “Manifestantes pró-*impeachment* comemoram o resultado da votação na Câmara” (*El País Brasil*, 2016b): “*Só o molotov salva. Ou um pau de arara nos comunas*” (Internauta 6).

A defesa da aniquilação do outro oferece algumas satisfações parciais da pulsão de vida e pulsão de morte. Esses internautas conseguem com seus comentários um reconhecimento em seu grupo, uma vez que seus amigos, muitas vezes, veem, curtem, compartilham e até postam comentários na página em que o amigo havia comentado, dando, assim, uma sensação de pertencimento a um grupo, a um coletivo. Possibilita que eles estreitem laços afetivos por meio do discurso de ódio ao outro, ao mesmo tempo em que produzem um discurso de tolerância entre os seus. Dessa forma, os membros desses grupos se mantêm unidos inicialmente por compartilharem os mesmos ideais e pelo ódio que direcionam ao outro (Freud, 1921/1996). Há ainda entre eles um gozo, pois ao ofender e humilhar o outro, por meio de provocações e falas ofensivas, sabem que podem estar causando mal-estar e sofrimento aos que são atacados. Além do fato de saberem que nada lhes acontecerá, visto que no *Facebook* podem publicar⁸ e expressar quase tudo que quiserem. A “menor percepção de responsabilidade devido”, muitas vezes, à “sensação de anonimato e privacidade” faz com que muitos “se arriquem mais” (Kallas, 2016, p. 56).

O *Facebook* e outras redes sociais *on-line* proporcionaram a visibilidade de um sentimento que já circulava entre alguns grupos sociais e possibilitaram que indivíduos se encontrassem e divulgassem seus discursos pela rede; assim como também proporcionaram a visibilidade de outros discursos e o encontro dos que se propõem a agenciar outras falas, outros discursos e sentimentos. O discurso visto nas redes veio do mundo real e pode simultaneamente estar nas redes e nas ruas, afinal, vivemos uma “cultura da virtualidade real” (Castells, 1999, p. 355), o virtual é real e faz parte da vida de milhares de pessoas.

Considerações finais

Acompanhar o processo político de pedido de afastamento da presidenta Dilma Rousseff nos fez somar àqueles que gritaram e ainda gritam “Golpe!”⁹, uma vez que concordamos com esses quando dizem que o que aconteceu em 2016 foi um golpe organizado por uma parcela de políticos, meios de

8 Na página do *Facebook* há uma orientação do que não pode ser publicado, contudo, somente em abril de 2018, após denúncias do uso de dados de 87 milhões de usuários do *Facebook* pela *Cambridge Analytica*, a rede social deixou claro o que não deve ser publicado. (Cidade Verde, 2018)

9 A publicação organizada por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (2016), “*Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*”, de Jessé Souza (2016), “*A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado* e a “*Enciclopédia do Golpe V. 1 e 2*”, coord. por Giovanna Alves, Mirian Gonçalves & col. (2017, 2018), elucida as questões sociais, econômicas e políticas que fomentaram e legitimaram o golpe de 2016.

comunicação tradicionais brasileiros e pelas elites dominantes, apoiada por setores das classes média e trabalhadora (Alves et al., 2017; Jinkings, Doria, & Cleto, 2016; Souza, 2016). A presidente Dilma foi deposta por realizar as pedaladas fiscais, uma prática que ocorre desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (Amora, 2015), contudo, este, assim como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também realizou tal prática, não tiveram suas contas reprovadas e não sofreram nenhum pedido de *impeachment*. Os senadores que aprovaram o golpe são os mesmos que nunca questionaram a prática das pedaladas fiscais nos governos anteriores e que, dois dias após o Golpe, aprovaram a lei que flexibiliza o uso de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional (IG, 2016).

No período do pedido de afastamento da presidenta Dilma, o discurso de ódio foi fomentado e atrelado ao discurso de insatisfação, insegurança¹⁰ e capitaneado pelas elites dominantes (Cleto, 2016; Souza, 2016), que possuem o controle das mídias tradicionais (Lopes, 2016), para conseguir uma legitimação popular ao processo de afastamento aprovado pelo Congresso e Senado. Esse movimento ganhou grande proporção a partir da cobertura dos meios de comunicação tradicionais e digitais, das redes sociais *on-line*. As elites mobilizaram mais uma vez os afetos (Cleto, 2016) e conseguiram, assim, aplicar o golpe de 2016. Se, em 1964, o medo foi o afeto usado para mobilizar e conseguir apoio para a instauração de um regime militar (Fachin, 2014), agora foi o ódio, o afeto que levou milhares de pessoas às ruas em defesa do golpe, ilustra o que foi dito por Darcy Ribeiro (1995), quando afirmou que as elites brasileiras nunca aceitaram qualquer mudança na estrutura social do país e ainda hoje não aceitam (Souza, 2016). A simples ideia de qualquer tipo de mudança na estrutura social sempre causou medo e sempre foi combatida com ações violentas, prova disso foram os 21 anos de ditadura militar e os contínuos assassinatos de militantes, ativistas políticos¹¹ que lutaram por um país melhor. A recusa em aceitar dividir não apenas os espaços (*shopping*, universidades, aeroportos), mas também os “verdadeiros privilégios de classe”¹² (Souza, 2016, p. 84) provocou uma explosão de sentimentos.

A distância mantida entre as classes sociais, por meio de condomínios (Dunker, 2015), que no caso do Brasil mantém o modelo casa grande-senzala (Freyre, 1933/2013), do espaço antes tido como exclusivo para alguns (Souza, 2016), parece se repetir no *Facebook*. Os navegadores dessa rede social se aproximam e mantêm amizades, muitas vezes, apenas com aqueles com quem já cultivam um vínculo (Lévy, 2011) ou com aqueles que se identificam e compartilham dos mesmos ideais (Bauman, 1998; Birman, 2017; Freud, 1921/1996; Lasch, 1983). A rede, por meio do algoritmo, reforça as bolhas sociais *on-line*, ou seja, reforça o convívio virtual entre aqueles que compartilham o mesmo discurso, seja ele de amor ou de ódio, de certa forma reafirmando a distância que já havia a partir dos condomínios. Esse convívio apenas com os que parecem ser semelhantes, isto é, de mesmo *status* social, posição política, credo, dentre outros, reforça e dificulta o convívio com o outro, com aquele que, apesar das semelhanças, apresenta diferenças.

Por meio desta pesquisa foi possível constatar também que o *Facebook*, no período do golpe, foi usado como meio de organização e divulgação de atos a favor e contra o pedido de afastamento da então presidenta Dilma Rousseff, assim como para divulgar as posições de ambos os grupos e de muitos internautas usuários dessa plataforma. Acredito que a escolha dessa rede se deva à facilidade de acesso, visto que o *Facebook* é acessado em sua maioria a partir de aparelhos celulares (Coelho, 2018), e do seu sucesso entre os brasileiros, uma vez que é a segunda rede social *on-line* mais acessada no país, perdendo

10 Em 2018, o *Facebook*, desativou as páginas de vários dirigentes do Movimento Brasil Livre (MBL) – importante organizador das manifestações contra o governo em 2015 e 2016 – pois essas faziam parte de uma coordenada rede que divulgava conteúdos falsos com o intuito de gerar divisão e espalhar desinformação (Haynes, 2017, citado em Lemos, 2018). Essa ação do *Facebook* nos ajuda a perceber como o movimento atuava e a quem servia.

11 Segundo relatório da Anistia Internacional divulgado em 2017, o Brasil é o país das Américas que mais mata defensores dos direitos humanos. Em 2016, 66 ativistas foram assassinados e até agosto de 2017 foram 58 (Vilela, 2017).

12 Uma vez que uma parcela da classe média assim como a classe alta têm interesse na “permanência de baixos salários para os pobres”, assim como sempre defenderam a distância física e social das classes populares (Batista, 2018; Dunker, 2015; Souza, 2016) e a ideia de que esses que ascenderam socialmente nos últimos anos pudessem tomar seu lugar.

apenas para o *YouTube* (Coelho, 2018). De acordo com Boyd (2010), a própria arquitetura da *internet* e das redes sociais *on-line*, desde sua criação e desenvolvimento têm provocado mudanças nas formas de comunicação, interação e organização dos indivíduos e, conseqüentemente, dos movimentos sociais.

Soma-se a isso o fato de muitos usuários acreditarem que seus conteúdos não sofrerão nenhuma restrição pela plataforma (Kallas, 2016). Talvez se deva também ao fato de a página reafirmar o comportamento de se manter nos mesmos grupos, ou seja, nos condomínios (Dunker, 2015), na separação entre os grupos sociais que existem na sociedade brasileira, na dificuldade do indivíduo em lidar com o narcisismo das pequenas diferenças (Freud, 1930/1996). Parece-nos que o *Facebook* potencializou esse comportamento e facilitou o encontro entre os indivíduos de interesses afins. Claro que é possível perceber também que essa rede foi ocupada pelos movimentos sociais como um todo, de “conservadores” a “progressistas”, de “direita” à “esquerda”, assim como pelos que não aceitavam ser nomeados e nem se identificavam com nenhum desses grupos, mostrando assim às contradições e antagonismos presentes em nossa sociedade.

Sobre os comentários recolhidos e analisados, vimos que alguns internautas, trabalhadores que defendiam o *impeachment*, não reconheciam os que eram contra o golpe como trabalhadores e sempre os nomeavam de “vagabundos”. O não reconhecimento do posicionamento do outro, de sua diferença, apesar das semelhanças, contribui para a manutenção do distanciamento. Essa distância mantida inicialmente por meio da exclusão do outro, que não é aceito por causa dos seus posicionamentos, do grupo de amigos virtuais pode vir a dar margem não apenas a um afastamento, mas também para uma recusa de diálogo e, conseqüentemente, de convívio social para além das redes *on-line*.

A ambivalência dos afetos de amor e ódio – descritos por Freud (1915/1996) no processo de subjetivação do sujeito e que aparecem nas relações que o indivíduo estabelece ao longo da vida – também ocorre em relação a um governo e a um partido. Enquanto alguns amam e defendem o PT, outros o odeiam. Contudo, não há apenas dois grupos. Esse processo mostrou que muitos dos que foram às ruas não aprovavam tudo que o governo do PT havia feito nos últimos anos; que havia pessoas que teciam suas críticas, no entanto, defendiam a democracia, o respeito e reconhecimento a um mandato legitimamente conquistado nas urnas (Quem foi? 2016). Apesar de tentarem viabilizar outro discurso, o de crítica ao governo, mas de continuidade ao processo democrático, esses não foram ouvidos.

Em outros comentários percebi que alguns internautas, apesar de não aceitarem e não concordarem com o discurso de ódio, também proferiam em seus comentários ódio ao outro, demonstrando como a agressividade que trazemos conosco encontra meio de satisfazer a pulsão da qual representa (Freud, 1905/1996, 1921/996, 1930/1996); bem como fica explícito como é difícil abrir mão de uma parcela de satisfação e como é difícil aceitar a alteridade do outro.

Manter-se em bolhas *on-line*, viver fechado em condomínios ou excluído em favelas significa potencializar os afetos de amor e ódio que cada um traz consigo. Dar amor apenas para os do seu grupo e externalizar o ódio contra o estranho, contra quem não pertence ao seu coletivo (Freud, 1921/1996) pode provocar um acirramento cada vez maior no convívio entre o sujeito e no caso do Brasil, entre seus cidadãos. Isso significa que se há o discurso de ódio e, por conseguinte, o reforço ao convívio em grupos distintos e em bolhas é porque há ganhadores com o agenciamento desse discurso, com essa maneira de vínculo social. No caso do Brasil, os que ganham com esse discurso são aqueles que historicamente sempre ganharam com as dificuldades e desgraças vividas pelo povo, que sempre se aproveitaram e aproveitam da situação econômica e política do país, ou seja, as elites dominantes (Prado, 1942/1981; Ribeiro, 1995; Souza, 2017).

Pensamos que sair de nossas bolhas e convivermos com o outro, com os estranhos, seja nosso maior desafio neste momento. Apesar do ódio e até mesmo do medo, nos permitirmos experimentar por meio do convívio com esse outro, novos sabores, novas músicas, outras concepções de política, organização social, reconhecendo e respeitando suas diferenças, assim como tendo as nossas respeitadas e reconhecidas, viabilizando outras maneiras de vínculos afetivos. Usarmos a potencialidade da pulsão de morte (Birman, 2017) a serviço da pulsão de vida, direcionando os impulsos agressivos para a elaboração de

outros discursos. Como o discurso de ódio, sustentado no desejo do sujeito “de destruir o que lhe parece injusto ou intolerável” (Dias, 2012, p. 12), ou seja, viabilizar um discurso que nos tire das polarizações, pois é importante que haja um lugar de fala e de escuta, em que consigamos aceitar que o semelhante é sempre um semelhante na diferença (Kehl, 1996) e, assim, criarmos uma saída para a atual situação afetiva, política, econômica e social na qual nos encontramos.

Claro que teremos que lidar com alguns conflitos, porém, é preferível o conflito, as discussões, a posicionamentos extremistas, pois nos conflitos podemos encontrar saídas pelo discurso, pela via da palavra (Koltai, 2017), diferente do que ocorre quando se mantém fechado em grupos, em situações de extremidades, em que o discurso, muitas vezes, é substituído por atos. Já vimos historicamente o que pode acontecer quando se vive em situação de polarizações, como o regime nazista (Arendt, 1963/2013), daí defendermos a ideia da escuta, da palavra, do agenciamento de nossos afetos de uma nova maneira, a fim de provocar a criação e a elaboração de outros discursos, outras maneiras de funcionamento político, econômico (Safatle, 2016) e, por conseguinte, outras formas de funcionamento da sociedade e das redes sociais *on-line*.

Referências

- Alves, G., Nassif, M. I., Rosário, M., & Ramos, W. (2017). *Enciclopédia do Golpe* (Vol. 1). Bauru, SP: Editora Canal 6.
- Alves, G., Nassif, M. I., Rosário, M., & Ramos, W. (2018). *Enciclopédia do Golpe: o papel da mídia* (V. 2). Bauru, SP: Editora Canal 6.
- Amaral, R. (2002). Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In L. G. Motta (Org.), *Imprensa e Poder* (pp. 75-102). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- Amora, D. (2015, 26 de abril). Manobras fiscais na Caixa cresceram no governo Dilma. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1621205-manobras-fiscais-na-caixa-cresceram-no-governo-dilma.shtml>
- Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (J. R. Siqueira, Trad., 16ª ed.) São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1963)
- Batista, V. M. (2018). *Rio de Janeiro: lugar e controle social*. Recuperado de <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/606658aa6b94589ac7ec7bfeec1aaa90.pdf>
- Braga, R. (2016). O fim do lulismo. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe? - para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 55-60). São Paulo: Boitempo.
- Bauman, Z. (1998). *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (2017). *As Pulsões e seus Destinos: do corporal ao psíquico* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boito, A. (2016). Os atores e o enredo da crise política. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (1ª ed., pp. 23-30) São Paulo: Boitempo.
- Boyd, D. (2010). *Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamic, and Implications*. Recuperado de <https://www.danah.org/papers/2010/SNSasNetworkedPublics.pdf>
- Carvalho, L. S. N. R. (2017). *Discurso do ódio e islamofobia: quando a liberdade de expressão gera opressão*. Trabalho de Conclusão de Curso, Programa de Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador: Universidade Federal da Bahia. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24031/1/CARVALHO%2C%20Luciana%20Soares%20Neres%20Rosa%20de.%20Discurso%20do%20C3%93dio%20e%20Islamofobia.pdf>
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (R. V. Majer, Trad.). São Paulo: Paz e Terra.

- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Chauí, M. (2016). A nova classe trabalhadora brasileira e ascensão do conservadorismo. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 15-22). São Paulo: Boitempo.
- Cleto, M. (2016). O triunfo da antipolítica. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 41-48). São Paulo: Boitempo.
- Coelho, T. (2018, 09 de fevereiro). 10 fatos sobre o uso de redes sociais no Brasil que você precisa saber. *TechTudo*, Recuperado de <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/10-fatos-sobre-o-uso-de-redes-sociais-no-brasil-que-voce-precisa-saber.ghtml>
- Cunha, E. L. (2014). A dupla face do desmentido na atualidade: entre o aniquilamento do outro e a felicidade em simulacro. In J. Birman et al. (Orgs.), *A fabricação do humano: psicanálise, subjetivação e cultura* (pp. 45-60). São Paulo: Zagodoni.
- Dias, M. M. (2012). *Os Ódios: Clínica e Política do Psicanalista*. São Paulo: Iluminuras.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- IG. (2016, 02 setembro). Dois dias após impeachment, Senado aprova lei que permite pedaladas fiscais *IG* (site). Recuperado de <http://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>
- G1. (2017, 27 de junho). Facebook atinge os 2 bilhões de usuários. *IG* (site). Recuperado de <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-atinge-os-2-bilhoes-de-usuarios.ghtml>
- Cidade Verde*. (2018, 28 de abril). Facebook revela pela primeira vez o que é proibido postar na rede social. Recuperado de <https://cidadeverde.com/noticias/270910/facebook-revela-pela-primeira-vez-o-que-e-proibido-postar-na-rede-social>
- Fachin, P. (2014, 19 de março). Entrevista com Aline Pressot: As marchas da família com Deus pela liberdade, 50 anos depois. *Revista IHU online*. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/529378-cinquentenario-da-marcha-com-deus-pela-familia-e-a-liberdade-e-uma-sociedade-que-nao-se-reconciliou-com-a-memoria-da-ditadura-entrevista-especial-com-aline-pressot->
- Freud, S. (1996). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. VIII, pp. 17-219). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). Os instintos e suas vicissitudes. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV, pp. 116-146) Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996). *Além do princípio do prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos*. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVIII, pp. 12-78). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1921).

- Freud, S. (1996). O mal-estar da civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI, pp. 67-150). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1930).
- Freyre, G. (2013). *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. São Paulo: Global (Original publicado em 1933).
- Garcia, R. T. (2013, 03 de dezembro.). 'El País' e o vazio do jornalismo brasileiro. *Observatório da imprensa* (Portal). Recuperado de http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed775_el_pais_e_o_vazio_jornalistico_brasileiro
- Kallas, M. B. L. M. (2016). O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. *Revista Reverso*, 38(71), online. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952016000100006
- Kehl, M. R. (1996). Psicanálise, ética e política. In M. I. França (Org.), *Ética, psicanálise e sua transmissão* (pp. 109-121). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Koltai, C. (2017, 06 de junho) A psicanálise e o neoliberalismo: entrevista com Caterina Koltai, Christian Dunker, Maria Rita Kehl, Nelson da Silva, Paulo Endo e Rodrigo Camargo. Entrevista concedida à Bruna Coelho, Daniela Smid e Pedro Ambar. *Psicanalistas pela democracia* (site). Recuperado de <http://psicanalisedemocracia.com.br/2017/06/a-psicanalise-e-o-neoliberalismo-entrevista-com-caterina-koltai-christian-dunker-maria-rita-kehl-nelson-da-silva-jr-paulo-endo-e-rodrigo-camargo/>
- Lasch, C. (1983). *A Cultura do Narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lemos, J. G. (2018). *O uso político do discurso de ódio no Brasil: um estudo de caso no Facebook (2016-2017)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão, SE. Recuperado de https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10106/2/JOELMA_GALVAO_LEMOS.pdf
- Lévy, P. (2011). *O que é virtual?* (2a ed.). São Paulo: Editora 34.
- Lopes, M. (2016). As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 117-1251). São Paulo: Boitempo.
- Jinkings, I., Doria, K., & Cleto, M. (Orgs.). (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Machado-Pinheiro, R. & Scalco, L. M. (2014). Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*, 1, online. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372>
- Menezes, C. (2017, 07 de julho). É a esquerda que se cala ou é o *El País* que tem postura colonialista em relação à Venezuela? *Socialista morena* (site). Recuperado de <http://www.socialistamorena.com.br/o-el-pais-postura-colonialista-em-relacao-a-venezuela/>

No parlamento europeu, Zuckerberg nega que Facebook seja monopólio e que tenha ‘preconceito político. (2018, 22 de maio). *GI (Economia)*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/zuckerberg-depoe-no-parlamento-europeu-sobre-como-facebook-usa-dados-das-pessoas.ghtml>

No Vale do Anhangabaú, em São Paulo, manifestantes contrários ao impeachment de Dilma receberam a notícia da aprovação do processo na câmara com tristeza e emendaram: “a luta continua”. (2016b, 17 de abril). *El País Brasil*. Recuperado de <https://www.facebook.com/elpaisbrasil/videos/1063097593750190/>

Oliveira, J. A. (2018). *Vadiagem, ociosidade e crime: a casa de detenção da corte como espaço para reeducação de “vadios(a)” (1870-1889)*. Recuperado de <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/VADIAGEM-%20OCIOSIDADE%20E%20CRIME-%20A%20CASA%20DE%20DETENCAO%20DA%20CORTE.pdf>

Ortellado, P., Solano, E., & Moretto, M. (2016). Uma sociedade polarizada. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 159-164). São Paulo: Boitempo.

Prado, C. (1981). *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (17^a ed.). São Paulo: Brasiliense (Original publicado em 1942)

Quem foi, e por quais razões, ao ato contra o impeachment. (2016, 19 de março). *Revista Carta Capital*. Seção Política. Recuperado de

<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-foi-e-por-quais-razoes-ao-ato-contrario-o-impeachment>

Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, L. (2016, 11 de dezembro). Algoritmo do Facebook: como ele funciona e como aumentar o seu tráfego orgânico. *Marketing de conteúdo (blog Rock Content)*. Recuperado de <http://marketingdeconteudo.com/algoritmo-do-facebook/>

Rosa, G. A. M., & Santos, B. R. (2013). *Facebook e as nossas identidades virtuais*. Brasília, DF: The-saurus.

Schäfer, G., Leivas, P. G., & Santos, R. H. (2015). Discurso do ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *Revista de Informação Legislativa*, 52(207), 143-158. Recuperado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/515193>

Safatle, V. (2016). *O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do vínculo* (2^a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Souza, J. (2012). *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo horizonte: Editora UFMG.

Souza, J. (2015). *A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.

Souza, J. (2016). *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa.

Souza, J. (2017). *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa.

Untersinger, M. (2013, 11 de agosto). Conheça Glenn Greenwald, blogueiro que revelou Edward Snowden ao mundo. *UOL (Internacional)*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2013/08/11/glenn-greenwald-o-blogueiro-por-tras-das-revelacoes-sobre-a-espionagem-da-nsa.htm>

Tufekci, Z. (2014, 27 de julho). The Medium and the Movement: Digital Tools, Social Movement Politics, and the End of the Free Rider Problem. *Wiley online library*. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/1944-2866.POI362>

Vilela, F. (2017, 05 de dezembro). Brasil é país das Américas que mais mata defensores de direitos humanos. *GI (Jornal Hoje)*. Recuperado de <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/12/brasil-e-pais-das-americas-onde-mais-se-mata-defensores-de-direitos-humanos.html>

Recebido em: 16/10/2018

Aprovado em: 29/12/2018